



...continuação

EDP Transmissão SP-MG S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS

## EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 3.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Reificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021).	IAS 36/ IAS 7 / IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1 / IAS 32/ IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento dos Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (sale and leaseback).	IAS1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversões de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

## 3.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indeterminado

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 4 Eventos significativos no exercício

## 4.1 Liberação e captação de recurso

Durante o exercício de 2023 a Companhia obteve o seguinte recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 4ª Emissão	dez/23	nov/38	525.000	IPCA + 6,35%	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida 525.000

## 4.2 Reajuste tarifário

Em 04 de julho de 2023, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.205, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 1,76% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota 2.1. Com relação a alteração do WACC no processo de Revisão Tarifária Periódica - RTP da Companhia, esta é considerada uma alteração contratual e seus efeitos apropriados em Outros Resultados em Despesas Operacionais (Nota 21), no montante de R\$69.920.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	9.475	477
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	83.733	56.637
Total	93.208	57.114

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitam tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Em 31 de dezembro de 2023 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados a taxas que variam entre 98,00% e 102,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

## 6 Disponibilidade da rede elétrica

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2023 de R\$31.266 (R\$32.854 em 31 de dezembro de 2022), em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Disponibilidade da rede elétrica e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

## 7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

Saldo em	Nota	31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	Transferência	Saldo em
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar		27	-	3	-	-	30
Total Circulante		27	-	3	-	-	30
Outros tributos compensáveis							
ICMS		-	427	(35)	-	-	392
PIS e COFINS		78	1.137	(1.174)	-	-	41
IRRF sobre aplicações financeiras		3.586	1.861	(1)	5.446	-	4.235
IRCS/retidos sobre faturamento		514	174	(1)	687	-	
Total Circulante		4.178	3.599	(1.211)	6.566	-	
Passivos a recolher							
Outros tributos a recolher		-	294	(259)	(35)	-	-
ICMS		-	29.981	(29.305)	(1.174)	-	1.945
PIS & COFINS		2.443	29.981	(29.305)	(1.174)	-	22.400
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		44	4.648	22	(4.579)	(1)	134
IRRF sobre juros s/ capital próprio	7.1	2.970	4.235	(2.970)	(1)	-	4.235
Encargos com pessoal		115	1.640	(1.630)	(1)	124	
Total Circulante		5.572	40.798	22	(38.743)	(1.211)	6.438

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permite que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Companhia, conforme publicação do Diário Oficial de 3 de janeiro de 2018, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

## 7.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$4.235 foi relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2023 a ser liquidado em janeiro de 2024.

## 8 Tributos diferidos

		Passivo
		Circulante
		Não circulante
	Nota	31/12/2023 31/12/2023 31/12/2022

	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
PIS e COFINS		8.1	22.848	22

...continuação

## EDP Transmissão SP-MGS.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2022	Adições (Notas 19 e 20)	Remuneração (Nota 6)	Faturamento de RAP (Nota 6)	Margem na construção (Nota 19)	Reajuste tarifário (Nota 4.2)	Outros (Nota 19)	Valor líquido em 31/12/2023
Ativos da concessão	2.607.290	11.538	294.565	(238.375)	909	5.690	1.268	2.682.885
Total	<b>2.607.290</b>	<b>11.538</b>	<b>294.565</b>	<b>(238.375)</b>	<b>909</b>	<b>5.690</b>	<b>1.268</b>	<b>2.682.885</b>
Circulante	243.225							244.460
Não circulante	2.364.065							2.438.425

O saldo de R\$2.682.885 em 31 de dezembro de 2023 (R\$2.607.290 em 31 de dezembro de 2022) representa a conclusão de 99,00% do investimento previsto para o projeto (98,00% em 31 de dezembro de 2022), acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS.

## 11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante		
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
<b>Outros créditos - Ativo</b>						
Adiantamentos						
Resarcimento de custos - CDE		7	20			
Despesas pagas antecipadamente		1.597	1.382			
Outros		3	216		6	
Total		125	324			
<b>Outras contas a pagar - Passivo</b>		<b>1.732</b>	<b>1.942</b>		<b>6</b>	
Folha de pagamento		24	56	263	111	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			294	338	
Arendamentos e alugueis		152	159	599	710	
Encargos setoriais	11.2	573	727	1.153	277	
Obrigações Sociais e Trabalhistas		11.1	368	686		
Outros			10			
Total		1.117	1.638	2.309	1.436	

## 11.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

## 11.2 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualizações monetárias	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	912	2.752	105	(2.137)	1.632
Outros encargos	92	1.133		(1.131)	94
Total	<b>1.004</b>	<b>3.885</b>	<b>105</b>	<b>(3.268)</b>	<b>1.726</b>
Circulante	727				573
Não circulante	277				1.153

## 15 Debêntures

## 15.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2023				31/12/22				
										Encargos	Principal	Não circulante	Total	Encargos	Principal	Não circulante	Total	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	800.000	1	800.000	2ª emissão em 15/07/2019	15/07/2019 a 15/07/2039	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	27.089	49.872	1.055.501	1.132.462	26.019	60.841	1.025.714	1.112.574
(-) Custos de emissão		(56.278)		(56.278)					Amortização mensal		(4.188)	(32.918)	(37.106)		(4.247)	(37.138)	(41.385)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	525.000	1	525.000	3ª emissão em 05/11/2021	05/11/2021 a 05/11/2023	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 1,10% a.a.	Principal no final e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil			-	11.088	525.000		536.088	
(-) Custos de emissão		(1.266)		(1.266)					Amortização mensal				-	(558)		(558)		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	525.000	1	525.000	4ª emissão em 15/11/2023	15/11/2023 a 15/11/2038	Refinanciamento do Funding de aquisição	IPCA + 6,3500% a.a.	Principal e juros semestral	Fiança Corporativa, Penhor de Ações e Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do Contrato de Concessão	3.439	10.500	515.465	529.404				
(-) Custos de emissão		(23.488)		(23.488)					Amortização mensal		(2.280)	(20.890)	(23.170)					
Total											<b>30.528</b>	<b>53.904</b>	<b>1.517.158</b>	<b>1.601.590</b>	<b>37.107</b>	<b>581.036</b>	<b>988.576</b>	<b>1.606.719</b>

## As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeira na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima é de R\$1.661.866 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.648.662 em 31 de dezembro de 2022).

## 15.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2022	Juros Ingressos	Provisionados	Amortizaç ão do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante						
Principal	585.841		(555.778)	(20.252)	50.561	60.372
Juros	37.107	124.254	(130.833)			30.528
Custo de transação	(4.805)			(6.819)	5.156	(6.468)
<b>Total</b>	<b>618.143</b>	<b>-</b>	<b>(686.611)</b>	<b>(27.071)</b>	<b>50.561</b>	<b>84.432</b>
Não circulante						
Principal	1.025.714	525.000		20.252		1.570.966
Custo de transação	(37.138)	(23.489)		6.819		(53.808)
<b>Total</b>	<b>988.576</b>	<b>501.511</b>		<b>27.071</b>		<b>1.517.158</b>
						<b>1.601.590</b>

## 15.3 Vencimento das parcelas

	Total
Vencimento	
Circulante	84.432
Não circulante	1.517.158
Total	<b>1.601.590</b>

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão do contrato estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

...continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	EDP Transmissão SP-MG S.A.		
<b>Lucro a ser destinado</b>			
Lucro líquido apurado no exercício			
<b>Destinação do lucro</b>			
Dividendos intermediários - JSCP			
Dividendos complementares			
Reserva de lucros			
<b>18.3 Reservas de lucros</b>			
Reservas de lucros			
Legal			
Retenção de lucros			
<b>19 Receita</b>			
As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) por provável que os benefícios econômicos financeiros fluíram para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.			
As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:			
<b>• Receita de construção da Infraestrutura de construção</b>			
A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de consumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.			
A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de 7,88% (7,88% em 31 de dezembro de 2022) sobre o custo real incorrido de construção no resultado.			
A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Companhia e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.			
Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da Infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.			
<b>• Receita de Operação e Manutenção (O&amp;M)</b>			
A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data em que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.			
A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de 120% (120% em 31 de dezembro de 2022).			
Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de mark up para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.			
<b>• Remuneração dos Ativos da concessão</b>			
O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão. O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento. A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia representa 11,73% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.			
As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidas pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.			
<b>20 Custo de construção da infraestrutura da concessão e custo da operação</b>			
<b>20.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão</b>			
Terrenos	Nota	2023	2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.124	1.256	
Máquinas e equipamentos		58.156	
Móveis e utensílios	9.490	8.217	
Gastos ambientais		840	210
Juros capitalizados			386
Outros			167.859
		84	(161.390)
<b>20.2 Custo da operação</b>			
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	Nota	2023	2022
Material	21.2	1.654	1.288
Serviços de terceiros		394	172
Depreciação - Ativos de direito de uso		21.3	11.939
Amortização			3.233
Arrendamentos e alugueis			97
Outras			42
Total		10	11.538
			74.694
<b>21 Despesas e Receitas operacionais</b>			
As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.			
Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.			
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação de serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.			
Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):			
<b>Despesas operacionais</b>			
	2023	2022	
	<b>Gerais e Administrativas</b>	<b>Gerais e Administrativas</b>	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	Nota	2023	2022
Material	21.2	2.017	2.017
Serviços de terceiros		110	110
Depreciação - Ativos de direito de uso			58
Amortização	21.3	722	722
Provisões civis			1.427
Arrendamentos e alugueis			-
Outras			92
Total		14	14
	2.863	70.153	73.016
		5.178	(252)
		4.926	
<b>21.1 Outras</b>			
O montante de R\$70.151, R\$69.920 refere-se ao ajuste realizado no ativo da concessão com base na atualização da Receita Anual Permitida (RAP), conforme estabelecido na Resolução Homologatória - REH nº 3.205 (Nota 4.2).			
<b>21.2 Pessoal</b>			
Pessoal	Nota	2023	2022
Remuneração		1.949	2.108
Encargos		687	745
Previdência privada - Corrente		62	77
Programa de demissão voluntária			36
Despesas rescisórias			152
Participação nos Lucros e Resultados - PLR			216
Outros benefícios - Corrente			138
(-) Créditos de tributos recuperáveis			421
Outros			574
Administradores			681
Honorários e encargos			(27)
Benefícios dos administradores			4
Total		21.1	70.151
		70.151	70.151
		202	202
		1.361	1.361
		3.671	4.613
<b>21.3 Serviços de terceiros</b>			
Serviços de consultoria	Nota	2023	2022
Serviços de manutenção		756	680
Serviços de limpeza e vigilância			25
Serviços ambientais			101
Serviços de informática			349
Serviços de publicação e publicidade			172
Serviços de telecomunicações			488
Serviços de transporte			303
Serviços Compartilhados			917
(-) Crédito de PIS/COFINS			986
Outros			(955)
Total		12.661	4.660
<b>21.3.1 Serviços de manutenção</b>			
Refer-se aos gastos com limpeza, conservação, manutenção de faixas e recuperação de trechos e acessos degradados durante a fase de construção.			
<b>22 Resultado Financeiro</b>			
<b>Receitas financeiras</b>			
Juros e variações monetárias	Nota	2023	2022
Renda de aplicações financeiras	5	10.898	15.144
Depósitos judiciais		3.010	2.622
Juros e multa sobre tributos	7	3	631
Outros juros e variações monetárias			2.199
(-) Tributos sobre Receitas financeiras			(636)
Outras receitas financeiras			82
Total		15.556	17.630
<b>Despesas financeiras</b>			
Encargos de divida	16.2	(19.629)	(28.979)
Empréstimos e financiamentos	15.2	(179.971)	(181.361)
Debêntures	7	(22)	(1)
Juros e multa sobre tributos	17.1.1	(6.826)	(8.070)
Provisões civis		(89)	(94)
Arrendamentos e alugueis		(1.854)	(1.243)
Outros juros e variações monetárias		(913)	(571)
Outras despesas financeiras		(209.304)	(220.319)
		(193.748)	(202.689)
Total		12.661	4.660
<b>23 Impostos de renda e Contribuição social</b>			
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que excede R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.			
As receitas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.			
<b>24 Resultado por ação</b>			
O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.			
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requisitos do CPC 41.			
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	Nota	2023	2022
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		88.666	148.115
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)		33.001	33.001
Total		2.68677	4.48820

...continuação

EDP Transmissão SP-MG S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS

## EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 25.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconómicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Saldo da	Até	2 a 5	Acima de	Aumento do	Aumento do	Redução do
			1 ano	anos	Provável	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	83.733	7.066		90.799	1.760	3.518	(1.762)	(3.527)
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>83.733</b>	<b>7.066</b>	-	<b>90.799</b>	<b>1.760</b>	<b>3.518</b>	<b>(1.762)</b>	<b>(3.527)</b>
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	(155.458)	(14.066)	(28.929)	(198.453)	(11.814)	(24.068)	11.381	22.335
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>CDI</b>	<b>(155.458)</b>	<b>(14.066)</b>	<b>(28.929)</b>	-	<b>(198.453)</b>	<b>(11.814)</b>	<b>(24.068)</b>	<b>11.381</b>
Debêntures	IPCA	(1.661.866)	(148.707)	(469.552)	(763.514)	(3.043.639)	(224.730)	(472.579)	203.954
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>IPCA</b>	<b>(1.661.866)</b>	<b>(148.707)</b>	<b>(469.552)</b>	<b>(763.514)</b>	<b>(3.043.639)</b>	<b>(224.730)</b>	<b>(472.579)</b>	<b>203.954</b>
									<b>389.225</b>

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 8,0% e 11,7% a.a. e IPCA entre 3,6% e 8,7% a.a.

## 25.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 15 e 16.

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 10) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2023	31/12/2022
Até	De 1 a	De 3 meses
1 mês	3 meses	a 1 ano
	5 anos	Mais de 5 anos
	AVP	Total
		Total
Passivos financeiros		
Fornecedores	24.432	282
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		
Debêntures	43.798	40.634
Empréstimos e financiamentos		
Arrendamentos e aluguel	13	13
Licenças ambientais	463	1.318
	<b>68.706</b>	<b>1.613</b>
	<b>44.851</b>	<b>496.805</b>
	<b>1.182.533</b>	<b>(1.606)</b>
	<b>1.792.902</b>	<b>1.781.692</b>

## 25.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

## • Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

Nota	31/12/2023	31/12/2022
Classificação da instituição financeira		
AAA	78.098	48.600
AA	5.645	8.037
5	<b>83.733</b>	<b>56.637</b>

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

## 25.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, ARSESP) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

## 25.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a Controladora, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Meio Ambiente da Controladora, que é aplicável a todas as suas unidades de negócios e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

## 25.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevantes nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou cavar o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

## 25.2.7 Risco técnico

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de performance, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não representa mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de Compliance.

## 25.2.8 Responsabilidade social

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventualmente indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 28).

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz

Presidente

Luiz Otávio Assis Henrique

Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade

Conselheiro

Henrique Manoel Marques Faria Lima Freire

Conselheiro

## DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Otávio Assis Henrique

Diretor-Presidente

José Gleyson Fernandes Silva

Diretor Administrativo e Financeiro

Júlio César de Andrade

Diretor

Carla Renata Baptista

Contadora - CRC 1SP1328362/O-5

## CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte

Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro